

**Acta da reunião Ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro  
realizada em 05 de Maio de 2011**

----- Aos cinco dias do mês de Maio do ano de dois mil e onze, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões da Câmara Municipal, compareceram os seguintes elementos que constituem o Executivo Municipal: o Presidente da Câmara Municipal, Dr. Joaquim José Cracel Viana, e os Vereadores Dr. Luís António de Sousa Teixeira, Dr.<sup>a</sup> Liliana Clementina Machado de Sousa, Dr. António José Ferreira Afonso e Dr. Adelino da Silva Cunha. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a sessão eram dez horas e cinco minutos. No início da sessão, procedeu-se à leitura da acta da reunião do dia 21 de Abril de dois mil e onze. Feitas e aprovadas algumas alterações a essa acta, foi de seguida colocada à votação e aprovada por unanimidade. -----

----- No início da sessão e no Período de “Antes da Ordem do Dia”, o Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por informar que, no passado dia vinte e nove de Abril, no âmbito do projecto “Aponte para o Gerês”, decorreu na sede da Associação Comercial de Braga mais um protocolo de assinatura do documento “Compromisso da Esperança”, desta vez subscrito pelo Governo Civil do Distrito de Baga, Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte, Regojo Imobiliário e Design About. -----

---- Posteriormente, o Sr. Presidente informou que no próximo dia vinte e nove de Maio irá realizar-se o “IX Encontro de Tocadores de Concertina e Cantares ao Desafio”, em frente aos Paços do Concelho. -----

----- No âmbito da geminação com o Município de Saint Arnoult en Yvelines, o Sr. Presidente informou que, nos dias dez a doze de Junho, uma delegação desse município francês estará em Terras de Bouro. O programa dessa visita será divulgado oportunamente. -----

----- Terminada a sua intervenção, o Sr. Presidente deu a palavra aos Senhores Vereadores. Usou da palavra o Sr. Vereador Dr. Adelino Cunha para abordar um assunto que transitava da reunião anterior e que se prende com os comentários proferidos pelo Sr. João Bosco Antunes sobre o Sr. Vereador, em pleno Café Corredoura e para quem quis ouvir. Esses comentários, além de lamentáveis e falsos, não abonam a favor da lealdade que deve existir entre os elementos do Executivo

Municipal. Segundo o mesmo Vereador, a rapidez como o assunto transitou da reunião do Executivo para o exterior não dignifica este órgão. -----

----- Sobre este assunto usou da palavra o Sr. Presidente para referir o desconforto que toda esta situação provoca, mas salientou a sua convicção de que nenhum dos elementos presentes na reunião possa ter informado o município em causa sobre este assunto. A propósito, e na tentativa de encontrar uma razão para a rápida divulgação do assunto no exterior, o Sr. Presidente informou que, na tarde do dia da reunião do Executivo, foi lavrada a respectiva acta para seguir com os documentos de prestação de contas, enviados a todos os membros da Assembleia Municipal. Essa acta pode ter sido lida por alguém que fez circular o seu conteúdo. -----

----- Ainda no tocante a esta questão, interveio o Sr. Vereador Dr. António Afonso para referir que a primeira conclusão a que os vereadores do PSD tinham chegado, porque é a conclusão mais óbvia, foi a de que algum membro do Executivo quis tirar dividendos políticos desta situação e informou o município em causa sobre os assuntos tratados durante a reunião. Não querendo apontar responsáveis, a verdade é que toda esta situação é deplorável, não só quanto ao conteúdo dos comentários do município mas também pela rápida circulação da informação para o exterior. O mesmo Vereador apelou para que situações destas sejam evitadas no futuro porque são causadores de desconfianças e de mal-estar. -----

----- Prosseguindo a sua intervenção, o Sr. Vereador agradeceu a cópia do relatório da Feira de Nanterre que lhe foi fornecida na última reunião deste órgão. Contudo, salientou que o Sr. Presidente estava enganado quanto ao sucesso da venda dos produtos da gastronomia e da doçaria do concelho, uma vez que essa venda ficou bastante aquém do esperado. A propósito, questionou o Sr. Presidente sobre a forma como se registaram contabilisticamente as receitas no Município. -----

----- Questionou ainda sobre o protocolo que previa a concessão das bombas de gasolina da Marina de Rio Caldo à Junta de Freguesia de Rio Caldo, uma vez que tal protocolo ainda não foi concretizado. -----

----- O Sr. Vereador referiu ter conhecimento de que no passado dia catorze de Abril se tinha realizado a assinatura do contrato de desenvolvimento urbano do Bairro da Caniçada entre a EDP e o Município e que o Sr. Presidente não prestou qualquer informação sobre esse assunto nesta reunião. Deste modo, solicitou informações sobre esse processo. -----

----- Continuando a sua intervenção, o mesmo Vereador referiu que o país está a viver uma enorme crise económica que levou ao pedido de ajuda financeira externa. A “Troika” (FMI, EU e BCE) impôs ao povo português inúmeras e difíceis condições para emprestar ao nosso país 78 mil milhões de euros. Uma das inúmeras condições foi reduzir em 2% o número de funcionários das autarquias. Neste sentido, questionou o Sr. Presidente como pensa concretizar tal objectivo. O mesmo Vereador referiu que na “Ordem de Trabalhos” desta reunião existe um ponto sobre abertura de concursos para contratação de pessoal. Para evitar o aumento da despesa do Município, o Sr. Vereador aconselhou uma reorganização dos recursos humanos do Município de forma a evitar ao máximo novas contratações. -----

----- Para responder às questões colocadas, usou da palavra o Sr. Presidente. Sobre a Feira de Nanterre, o Sr. Presidente esclareceu que o principal objectivo da participação do Município não foi a obtenção de lucro, mas reconhece que a venda dos produtos não foi o sucesso esperado, pois previa-se a venda de todos os produtos transportados e isso não aconteceu. Contudo, registaram-se vendas muito significativas de produtos como mel, queijo, chá e compotas, no montante de 2.200,00 €. Todos os produtos foram comercializados “à consignação” e aqueles que sobraram foram devolvidos às pessoas ou instituições que os tinham fornecido. Apesar das várias ofertas de produtos de Terras de Bouro aos organizadores do certame e às autoridades públicas aí presentes, registou-se um lucro de cerca de duzentos euros, que foi distribuído pelas duas funcionárias do Município que trabalharam imenso durante os três dias do certame. -----

----- Interveio o Sr. Dr. António Afonso para referir que o Sr. Presidente não tem competência para tomar este tipo de decisões e que deveria ter apresentado uma proposta ao Executivo Municipal para atribuir esse dinheiro às duas funcionárias. -----

----- O Sr. Presidente acha que actuou correctamente uma vez que a distribuição do lucro pelas duas funcionárias se reveste de elementar justiça e considera que não prejudicou o Município com a sua decisão, uma vez que o Município deveria pagar horas extraordinárias às duas funcionárias que prescindiram desse direito. -----

----- De seguida, o Sr. Presidente esclareceu o adiamento da concretização do protocolo de concessão das bombas de gasolina da Marina de Rio Caldo à Junta de Freguesia porque surgiram dúvidas por parte da Junta sobre os reais benefícios dessa concessão, sobretudo no que toca à contratação de um ou dois funcionários para manter as bombas de combustível em perfeito funcionamento. O Executivo em permanência não quer impor à Junta de Freguesia um “mau negócio” e, por isso, o protocolo está a ser

repensado e reavaliado. Se a Junta de Freguesia de Rio Caldo decidir renunciar ao protocolo, o Município aceitará tal renúncia e manterá aquele posto de venda de combustíveis em funcionamento à semelhança dos anos anteriores. -----

----- Sobre a assinatura do contrato de desenvolvimento urbano do Bairro da Caniçada, em Valdosende, entre a EDP e o Município, o Sr. Presidente lamentou o seu esquecimento e informou que efectivamente já tinha assinado esse documento. Aguarda-se, agora, a marcação das escrituras para os terrenos e imóveis fiquem a pertencer ao Município. -----

----- Sobre a necessidade de reduzir em 2% o número de funcionários municipais, medida imposta pela “Troika”, o Sr. Presidente afirmou que é uma matéria ainda muito recente e que carece de mais informação e de regulamentação. -----

----- No que se refere aos concursos para contratação de pessoal, o Sr. Presidente declarou que o Município só contratará os funcionários estritamente necessários para o normal funcionamento dos serviços e que evitará contratar novos funcionários se se vier a comprovar que há funcionários que podem ser dispensados dos serviços que actualmente desempenham, estudo que está a ser feito neste momento. -----

----- Por último e ainda sobre procedimentos concursais, o Sr. Presidente solicitou a anuência dos Srs. Vereadores para introduzir na “Ordem do Dia” de hoje, os seguintes pontos: Abertura de Procedimento Concursal para a Contratação de um Técnico Superior, para exercer actividade no Gabinete de Protecção Civil e Abertura de Procedimento Concursal para a Contratação de um Técnico Superior de Acção Social. A introdução destes dois pontos foi aceite por unanimidade. -----

----- Terminado o período de “Antes da Ordem do Dia”, entrou-se na discussão dos pontos que constam na “Ordem de Trabalhos”, sendo deliberado que os mesmos fossem de imediato aprovados em minuta que a seguir se transcreve, na íntegra, nos termos no n.º 3 do Artigo 92.º da Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, para que se possam produzir de imediato os efeitos legais.-----

(Segue-se a transcrição da minuta)

----- Sendo 12 horas e 30 minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente em exercício deu por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----